

Exportações e desenvolvimento regional: o caso da Bahia

1. INTRODUÇÃO

Neste *paper* procura-se analisar a contribuição das exportações baianas ao desenvolvimento econômico do Estado durante o período 1950-1969 (1). Seguindo os critérios de North (10), a Bahia pode ser definida como um sistema econômico regional, organizado em torno de uma base comum de exportações. De fato, o comércio de açúcar, fumo, algodão, café e cacau, essencialmente, determinou, em boa parte, a formação da estrutura econômica regional e tem, ainda hoje, uma grande importância para o seu funcionamento. Durante séculos, a Bahia representou por si mesma um verdadeiro sistema primário exportador que se integrava no contexto brasileiro muito mais através do mercado internacional do que pelas próprias interrelações.

Pode-se supor que essa situação se modificou um pouco, quando nos anos 50 uma política comercial restritiva provocou não só o surto industrial do Sul mas também o esvaziamento econômico do Nordeste, que a implantação da SUDENE visava a recuperar na década seguinte.

Partindo dessa hipótese, é naturalmente indispensável considerar tanto as exportações internacionais como as exportações inter-regionais. O estudo se limita, porém, aos fluxos de mercadorias, porque infelizmente não foi possível obter o material estatístico necessário para incluir os serviços. Divide-se, pois, a discussão que segue em três partes principais:

- a) a primeira aborda o problema em nível teórico resumindo rapidamente as principais teorias sobre o papel das exportações no processo de desenvolvimento.
- b) na segunda são confrontadas essas teorias com a realidade da economia baiana durante os últimos 20 anos.
- c) a última parte, perspectivas e conclusões.

2. SETOR EXTERNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

É um fato bem conhecido que a teoria do comércio internacional, maiormente elaborada numa perspectiva estática, é mal integrada na teoria do crescimento econômico, que enfatiza necessariamente os aspectos dinâmicos da realidade econômica (2). Não se pretende aprofundar aqui esse argumento, mas como se trata da análise de uma economia regional, deve-se esclarecer preliminarmente, se a teoria do comércio internacional é relevante para o problema, ou não; em outras palavras, se entre comércio internacional e comércio interregional existe uma diferença estrutural. Para David Ricardo a diferença é efetivamente radical, porque, segundo ele, o mercado internacional é caracterizado por uma perfeita imobilidade dos fatores, enquanto no comércio interno esses são móveis. Por conseguinte, o mercado internacional é organizado segundo a lei dos custos relativos e o mercado interregional segundo a lei dos custos absolutos. Com o desenvolvimento atual do sistema econômico internacional e dos meios de comunicação acontece, porém, freqüentemente que a mobilidade dos fatores não difere muito entre nações e regiões. Devido ao surgimento das grandes empresas multinacionais, boa parte da divisão internacional do trabalho é, sem dúvida, regulada na base dos custos absolutos. Por outro lado, não se deve olvidar, excluir que entre regiões pouco integradas de um sistema desarticulado predominam custos relativos. Não se contesta naturalmente a existência de determinadas diferenças, decorrentes principalmente do fato de que em matéria de política monetária e comercial a região não é soberana; mas por isso mesmo o comércio interregional respeita melhor os pressupostos básicos de livre comércio que se encontram na teoria tradicional da economia internacional. Portanto, essas teorias fornecem certos elementos interessantes sobre a função das exportações no crescimento econômico regional.

Parece que a maior contribuição dos clássicos e neoclássicos à problemática do desenvolvimento econômico está precisamente na teoria do comércio internacional. De fato, Marshall escreve nos *Principles*: "As causas que determinam o progresso econômico das nações pertencem ao estudo do comércio internacional." Na sua versão moderna, a teoria dos custos comparativos aconselha a um país a especializar-se na produção de bens que exijam intensivamente seus fatores abundantes. Em consequência desta especialização os preços relativos dos fatores abundantes tenderiam a aumentar ali onde eles existem e a baixar nos países em que são raros. Portanto, o intercâmbio com o Exterior não só traria consigo um aumento de renda, mas ao mesmo tempo tenderia a igualar a remuneração dos fatores; em outras palavras, reduziria as diferenças de nível de renda entre os diversos países. Além desses ganhos diretos, o desenvolvimento seria também estimulado indiretamente, na medida que o comércio exterior facilita transferências de capital, tecnologia e equipamentos, segundo Haerberler (6) todos elementos altamente positivos para economias subdesenvolvidas.

Evidentemente a experiência dos últimos 50 anos está em contradição aberta com o otimismo dos clássicos. Neste século, vários países subdesenvolvidos, apesar de terem aumentado consideravelmente o setor externo, não conseguiram um progresso interno comparável. Em consideração desse fato apareceu toda uma escola de economistas em torno a Prebisch, Myrdal, Singer, que, em vez de considerar o comércio como fator de progresso, julgam-no como fonte de subdesenvolvimento. Isso porque, segundo esses autores, uma parte considerável da renda gerada nos países pobres é transferida para os países ricos através da deterioração das relações de troca e dos lucros do investimento estrangeiro. Estima-se que um dado volume de exportações primárias adquire hoje apenas 60% dos manufaturados comprados com o mesmo volume no início do século. O capital estrangeiro, favorecendo no seu próprio interesse métodos de produção com alta intensidade de capital, aumenta o desemprego ou subemprego desses países e em face da pressão demográfica pode até diminuir a produtividade já extremamente baixa no setor tradicional.

Assim há duas correntes de teoria, uma altamente favorável outra bastante crítica no que concerne a importância do comércio exterior para o desenvolvimento econômico. Observamos o mesmo dualismo na teoria do crescimento regional, onde o esquema tradicional das fases sucessivas (*stage theory*) teve por muito tempo larga aceitação. Segundo o Professor North (10), porém, esse esquema de inspiração européia não explica e nem descreve o processo histórico do desenvolvimento regional, particularmente em economias de colonização. De maneira geral, afirma North, uma região só se desenvolve quando conquista mercados externos dinâmicos para produtos

que ela produz com vantagens comparativas. Se a industrialização não é naturalmente induzida pelo aumento no setor externo, ela nada mais é do que um mito perigoso. Com isso North fêz-se o maior expoente de uma vasta literatura que se chama a teoria da base econômica e que fornece um modelo muito elementar para a determinação da renda regional. Nêle as exportações são consideradas como única variável independente. Todos os outros componentes da despesa são tratados como função da renda. Assim é que:

$$Y = (E - M) - X \quad (2)$$

onde $E = eY$, $M = mY$, $X = X$ (autônoma)
e depois substituição

$$Y = (eY - mY) - X$$

$$\frac{X}{X} = \frac{1}{1 - e - m} = \text{multiplicador de base econômica.}$$

A renda regional seria, portanto, um múltiplo das suas exportações, pelo menos quando a diferença entre a propensão marginal de gastar (e) e a propensão marginal de importar (m) é menor do que um.

Essa conclusão simplista foi, naturalmente, sujeita a várias críticas. Tiebout (13), por exemplo, reconhece plenamente o papel fundamental do setor externo na determinação dos movimentos cíclicos da renda. Mas no crescimento a longo prazo êle acha que outras variáveis, como o investimento público ou privado, podem mostrar um comportamento perfeitamente autônomo. Aliás, segundo êle, a importância relativa das exportações varia com a dimensão do sistema em consideração. Quanto maior fôr uma região tanto menor será o seu condicionamento pelo setor externo. Outros críticos reprovam também que os teóricos da base econômica não se preocupem muito com diferenças de elasticidade — renda e outros elementos estruturais que condicionam o dinamismo da demanda externa. Do lado da oferta, é claro que multiplicador do tipo Leontief terá valores diversos segundo a função de produção dos produtos exportados (1). Exportações cujas interrelações com outras atividades econômicas são fracas dificilmente provocarão o desenvolvimento cumulativo e auto-sustentado de uma região. E quando a combinação dos fatores favorece ainda uma alta concentração da renda, é bem possível que o setor externo se transforme num fator negativo (12).

É precisamente o que afirma Myrdal (8), Hirschman (7) e Perroux (11), qualificando o comércio interregional como principal responsável da polarização regional. É através dos fluxos externos que um pólo de desenvolvimento como São Paulo marginaliza as

regiões periféricas de um país. Isso porque, em primeiro lugar, a concorrência progressiva da região elimina freqüentemente atividades industriais e artesanais na área deprimida, como foi o caso da indústria têxtil e de outras atividades tradicionais do Nordeste. Depois, transferências de capital e de mão-de-obra qualificada drenam os fatores mais escassos da região pobre. Além disso, barreiras tarifárias protegem muitas vezes indústrias nacentes no pólo, e a região atrasada deve comprar aí os produtos industriais que podia antes importar do Exterior a preços mais baixos. Esse fenômeno chama-se comércio triangular e Celso Furtado o identificou no fim da década 50 como uma das causas mais importantes do subdesenvolvimento do Nordeste (5).

3. AS EXPORTAÇÕES NO CRESCIMENTO ECONÔMICO DA BAHIA ENTRE 1950 — 1969

Objetivo de qualquer desenvolvimento é o aumento cumulativo e duradouro da renda real *per capita*. Ora, observa-se que, durante os 20 anos em exame, a renda real da Bahia aumentou anualmente de 5,8%. No mesmo tempo sua população cresceu aproximadamente 2% por ano. Portanto o aumento anual da renda *per capita* foi igual a 3,8%, uma taxa superior à média nacional para o mesmo período (3,2%).

Não obstante, só a partir de 1955 a renda *per capita* da Bahia tende a crescer mais rapidamente do que a do resto do País (4). Em termos absolutos é ainda muito baixa atingindo cerca de 170 dólares (54,5% da média nacional) em 1968, último ano para o qual estão disponíveis os dados oficiais da Fundação Getúlio Vargas. Fica, porém, o fato de que o poder de compra dos baianos quase duplicou no período em estudo.

Ora sabe-se que quando aumenta a renda, a procura de produtos manufaturados aumenta mais do que proporcionalmente em razão da maior elasticidade-renda desses produtos. Portanto em economias onde predomina a produção primária, o desenvolvimento assume necessariamente uma das formas seguintes:

- aumento mais do que proporcional da produção industrial destinada ao mercado interno;
- aumento relativo do setor externo, isto é, elevação dos coeficientes de comércio exterior;
- transferências autônomas de renda sob forma de investimentos públicos ou privados ou outras transferências unilaterais;
- finalmente uma combinação qualquer das três formas precedentes.

Na Bahia a produção industrial não mudou significativamente sua posição relativa. Em 1950-1952 o setor secundário representou 9,1% da renda interna, aumentando para 10,8% no triênio 1960-62, mas em 1966-68 a média trienal tinha diminuindo de novo para 8,5% (cf. tab. 2.A.).

Tab. 2.A. *Distribuição da renda por setores*

	1950-52	1960-62	1966-68
Primário	40,9%	38,2%	37,5%
Secundário	9,1%	10,8%	8,5%
Terciário	50,0%	51,0%	54,0%

Fonte: Conjuntura Econômica, Set. 1971

Aparentemente, o setor externo não apresenta maior dinamismo. Quando a oferta interna de produtos industriais não aumenta de modo relevante, como acaba-se de concluir, a procura crescente desses produtos é principalmente satisfeita através de importações. Portanto, para ser o setor externo realmente dinâmico, será necessário que os coeficientes de exportação aumentassem significativamente no tempo. Denomina-se coeficiente de exportação a relação entre o valor das exportações e a renda interna. Considerando exportações internacionais e interregionais, o coeficiente médio da Bahia é de ... 30,5%. Para a série de 20 anos (cf. tab. 2.B.) o método dos mínimos quadrados dá a seguinte linha de regressão sobre o tempo:

$$Y = 29,11 + 0,14 z \quad \text{onde } Y = \text{coef. de exportação}$$

$$z = \text{tempo, } 1950 = 1$$

$$1969 = 20$$

$$r^2 = .025$$

$$t^2 = .69$$

O teste T de Fisher-Student revela que o parâmetro b não é significativamente diverso de zero. Em consequência não se pode afirmar que nas condições da hipótese o total das exportações mostrou tendência particularmente dinâmica.

Talvez isso não seja um ponto negativo, enquanto se poderia afirmar que um aumento ulterior desse coeficiente já excessivamente

alto acentuaria só a distribuição antieconômica dos recursos produtivos. O problema está naturalmente ligado a complexos fatores estruturais. Comparando, contudo, o valor absoluto com outros Estados da Federação, o coeficiente baiano não aparece tão alto. Estados como São Paulo, Guanabara, Paraná, Santa Catarina têm coeficientes bem superiores. Observa-se, aliás, que altos coeficientes de exportação tendem a associar-se a altos níveis de renda *per capita*. De fato, calculando entre as duas variáveis uma correlação por p \acute{o} sto com dados de 1968, encontra-se um coeficiente de Spearman igual a $- 451$ que é significativo ao nível de 0,05%.

Sem dúvida, essa tendência está parcialmente relacionada com a atual conjuntura econômica que favorece o setor externo das regiões mais desenvolvidas. Depois da substituição das importações o novo modelo "brasileiro" procura essencialmente aumentar as exportações não-tradicionais ao nível internacional. A promoção dessas exportações estimula logicamente o setor internacional das regiões mais progressivas. Ao mesmo tempo, a integração econômica nacional (Nordeste, Transamazônica) intensifica os fluxos interregionais, que pelo menos na fase atual, beneficiam também maiormente as regiões desenvolvidas, porque são capazes de fornecer o equipamento necessário. Aí aparece quanto é difícil distinguir a causa do efeito. É o comércio que proporciona a elevação da renda ou são os altos níveis de renda que levam a um aumento no comércio exterior? Uma resposta a essa pergunta provavelmente não existe porque a causalidade é realmente circular.

Por outro lado, ao contrário do que pensava Tiebout (13) os coeficientes de exportação dos Estados brasileiros não decrescem quando aumenta o tamanho dessas economias. Uma correlação de tipo Spearman entre altos números de população e baixos coeficientes de exportação dá para 1968 até um valor negativo (-0.36) que, porém, não atinge um nível de significatividade aceitável. Seria, pois, o tamanho econômico indiferente à abertura verso o exterior de um sistema? É claro que, em qualquer hierarquia interregional ou internacional, com o aumento do espaço aumenta também a auto-suficiência, porque são produzidos localmente até os bens caracterizados por grandes economias de escala e baixos custos de transporte. É uma tendência natural que resiste a qualquer lógica. Os dados sugerem, porém, que essa lei só opera dentro dos limites bastante importantes. Os Estados considerados no teste incluem efetivamente tamanhos sensivelmente diferentes. Em t \circ rno a um tamanho médio de 4.005 milhares observa-se um desvio-padrão de 3.668 milhares de habitantes.

Voltando ao caso da Bahia, constata-se um outro fato interessante quando são desagregadas as exportações em internacionais e in-

terregionais. Regredindo os coeficientes internacionais sôbre o tempo chega-se aos seguintes valores estimados:

$$Y_{i,z} = 20,71 - 0,36 z \quad \text{onde } Y_i = \text{coeficiente das exportações internacionais.}$$

$$r^2 = .310$$

$$t = 2,84$$

Para os coeficientes interregionais a linha de regressão é a seguinte:

$$Y_{e,z} = 7,65 + 0,5z \quad \text{onde } Y_e = \text{coeficiente das exportações interregionais.}$$

$$r^2 = .435$$

$$t = 3,70$$

O teste de Student-Fisher mostra uma alta significatividade para ambos os parâmetros de z (99,5%). Ora, o coeficiente de regressão das exportações internacionais é negativo, o que significa que a importância relativa do setor internacional está diminuindo para a economia baiana. No caso das exportações interregionais, o coeficiente de z é positivo e bastante alto. Essas últimas aumentaram portanto, mais rapidamente do que a renda, até que, em termos absolutos, superam hoje o valor das exportações internacionais, enquanto no comêço dos anos 50 representaram apenas a metade (cf. tab. 2.B) Revela-se assim que durante as últimas duas décadas, a economia baiana modificou suas relações externas no sentido de intensificar as vinculações com o resto do País, de maneira que hoje o mercado nacional constitui um dos elementos mais dinâmicos para o desenvolvimento da Bahia.

Essa situação decorre parcialmente da política de integração econômica nacional. De fato, colocando-se na perspectiva setorial observa-se a maior expansão no setor terciário. A sua participação na renda interna cresceu constantemente de 50% em 1950-52 a 54,0% em 1966-68 (cf. tab. 2.A).

Dentro desse setor constata-se a partir de 1960 um crescimento particularmente rápido dos intermediários financeiros e do govêrno, fato claramente ligado à implantação da SUDENE. Contudo, até 1968 a ação da SUDENE se manifestou essencialmente no setor terciário porque uma industrialização induzida exige hoje o funciona-

Tab. 2.B. *Coefficientes de exportação da Bahia*

	Coef. global das exportações Ba.	Coef. das export. inter-regio.	Coef. das Exp. interregionais
1950	34,69	23,61	11,08
1951	31,53	19,32	12,21
1952	25,18	14,94	10,24
1953	21,80	16,81	4,99
1954	35,15	24,84	10,31
1955	31,33	21,22	10,11
1956	27,07	15,67	11,40
1957	25,22	14,07	11,15
1958	29,18	18,43	10,75
1959	27,82	18,25	9,57
1960	30,43	16,64	13,79
1961	42,71	20,71	22,00
1962	32,39	13,96	18,43
1963	31,75	16,25	15,50
1964	29,76	12,98	16,78
1965	33,79	12,44	21,35
1966	33,77	14,97	18,80
1967	26,41	13,29	13,12
1968	24,43	10,93	13,49
1969	37,38	19,05	18,33*

Os dados de exportação foram diretamente levantados no Departamento Estadual de Estatística (DEE). Para a renda utilizaram-se os dados oficiais de *Conjuntura Econômica*, Fundação Getúlio Vargas (FGV).

mento preliminar de uma série de serviços, como aparece nitidamente no crescimento dos intermediários financeiros (cf. Tab. 2.C).

Tab. 2.C. *Renda real: índices por setores*

	1950	1955	1960	1965	1968
Agricultura	100	130	191	232	246
Indústria	100	125	289	257	295
Serviços	100	140	208	270	334
— comércio	100	120	168	165	174
— interm. financeiro	100	151	254	458	805
— transp. comun.	100	98	213	249	199
— governo	100	129	204	325	420
— aluguéis	100	155	156	112	548
— outros serviços	100	216	325	428	482
TOTAL	100	139	207	252	293

Assim, dois elementos destacam-se particularmente no desenvolvimento recente da Bahia:

- a) as exportações interregionais
- b) as transferências autônomas de renda.

As transferências de renda acompanharam, principalmente, a instalação da PETROBRAS e da SUDENE. No caso da PETROBRAS (monopólio federal) elas se fizeram quase exclusivamente sob forma de investimentos públicos. A SUDENE, além de aplicar recursos federais, recorre, antes de tudo, à iniciativa privada. Em dez anos, os incentivos fiscais dos artigos 34/18 mobilizaram mais do que 1.400 milhões de dólares para o Nordeste dos quais 35,2% foram aplicados na Bahia. Estima-se que 1/4 desses investimentos provém da poupança local que antes fugia para o Sul ou o Exterior.

Nessas condições, dificilmente pode-se afirmar que as exportações de mercadorias representam a única variável independente na renda baiana. Isto é, aliás, facilmente demonstrável. Se a renda (Y) fôsse simplesmente um múltiplo (K) das exportações (X), a taxa anual de crescimento da renda (dy/Y) seria igual à taxa de crescimento das exportações (dx/X). Algumas transformações de álgebra primária mostram de fato que do pressuposto

$$Y = kX$$

$$\text{segue } dy = k \cdot dx ; \frac{dy}{Y} = \frac{k \cdot dx}{Y} \text{ e } \frac{dy}{Y} = \frac{k \cdot dx}{k \cdot X}$$

de onde resulta:

$$\frac{dy}{Y} = \frac{dx}{X}$$

Nesse caso numa regressão linear da forma

$$\frac{dy}{Y} z = a + b \frac{dx}{X} z$$

espera-se para o parâmetro a um valor de zero e para b um valor igual a 1. Regredindo as taxas de renda do ano z sobre as taxas de exportação do mesmo ano, encontram-se os seguintes valores estimados:

$$\frac{dy}{Y} z = 0,056 - 0,0019 \frac{dx}{X} z$$

$$r^2 = 0,00396$$

Dispensa-se a elaboração de um teste sobre os valores hipotéticos de a e b porque segundo o baixíssimo coeficiente de determinação (r^2) as duas variáveis comportam-se de maneira quase completamente independente. É possível, porém, que êsse resultado surpreendente seja devido a um artifício de contabilidade. Na estimativa da renda regional, a safra do ano z é usado para calcular a renda do setor primário. Ora, parte importante dessa safra é exportada só no ano seguinte quando entra também nas estatísticas de comércio exterior. De fato, defasando as exportações de um ano, chega se a um resultado mais plausível:

$$\frac{dY}{Yz} = 4,25 + 0,248 \frac{dx}{Xz + 1}$$

$$r^2 = .64$$

Um teste simultâneo com a e b dá um

$$F_{2,15} = 168,4$$

que é bem superior ao valor crítico do 0,05. Em consequência, os parâmetros diferem significativamente dos valores sugeridos pela teoria da base econômica. Fica, porém, o fato, que apesar de certas distorções induzidas para o procedimento estatístico, as exportações explicam mais do que 64% das variações anuais da renda, o que é tanto mais considerável quanto as estimativas regionais da renda subestimam provavelmente as flutuações cíclicas dessa última. E ter-se-á mais tarde a ocasião de ressaltar a importância normativa do setor externo para o desenvolvimento a longo prazo do Estado da Bahia.

Pelo momento deve-se limitar a explicar o crescimento muito modesto, em termos reais quase nulo, das exportações internacionais. Parece, pois, que a responsabilidade desse fato cabe principalmente a três fatores: o primeiro, a conjuntura internacional, que afeta sobretudo o lado da demanda, o segundo, a política comercial nacional, e o terceiro, a composição estrutural da pauta baiana, os dois últimos agindo mais sobre o lado da oferta. É comum abordar-se o problema da conjuntura internacional em termos de relações de troca. A teoria econômica distingue vários tipos de termos de intercâmbio. Aqui interessa essencialmente a chamada relação de troca-renda (*income term of trade*) que Dorrance define como

$$I = P_x / P_m \cdot Q_x$$

onde I = relação de troca-renda, P_x = índice dos preços de exportação, P_m = índice dos preços de importação e Q_x = índice de quantidade das exportações. No caso da Bahia, a capacidade de importação baseada nas exportações internacionais aumentou em média de 1,1% por ano. Comparado com o aumento da renda (5,8%), isto é naturalmente muito pouco. O modesto crescimento do volume físico foi quase inteiramente contrabalançado pela tendência declinante dos preços de exportação. Os preços de importação diminuíram a um ritmo bem inferior, porém, de maneira constante, o que resulta do elevado valor do coeficiente de determinação. A alta instabilidade das exportações baianas, afetando com a mesma intensidade volume e preço, é, provavelmente, ainda mais grave do que o próprio declínio a longo prazo. Violentas flutuações cíclicas num setor tão importante deprimem de fato a formação interna de capital, cujos efeitos negativos para uma economia em desenvolvimento são óbvios. Dificultando qualquer planejamento econômico, elas atrasam, ademais, a urgente modernização do próprio setor exportador.

Como as variações cíclicas são principalmente ligadas à conjuntura internacional, elas poderiam ser solucionadas só a esse nível, mesmo admitindo a necessidade de controlar a oferta interna. O declínio a longo prazo é ainda condicionado por outros fatores, entre os quais a política comercial nacional que teve no passado um papel importante. Sabe-se que depois da segunda guerra mundial o Brasil lançou-se numa política de substituição das importações. Para tal fim adotou uma série de medidas protecionistas que conduziram à supervalorização da moeda nacional e ao desestímulo das atividades tradicionais de exportação. A Bahia era uma das regiões mais prejudicadas pelos efeitos negativos dessa política, que através do confisco cambial e do comércio triangular provocaram uma verdadeira erosão na sua economia. Depois de taxas fixas e controle quantitativo das importações entre 1947 e 1952, foi instaurado em outubro de 1953 o sistema das taxas múltiplas. As exportações continuaram a

processar-se à taxa oficial, acrescentada, porém, de determinadas bonificações. As importações foram classificadas em cinco categorias segundo o grau de essencialidade. A cada categoria correspondia uma taxa cambial diferente determinada nos leilões promovidos pela Carteira de Câmbio. Logo se estabeleceu uma diferença notável entre a taxa média das importações e a taxa efetivamente recebida pelos exportadores, devido a atrasos no processo de reajustamento dessa última. É isso que se chama confisco cambial, porque na realidade nada mais era do que um impôsto suplementar pago pelos exportadores ao governo federal. Na Bahia durante os anos 1954-1961 êsse impôsto-extra chegou a representar quase 20% do valor das exportações internacionais ou 3,5% da renda interna. A partir de 1961, a distorção foi gradualmente extinta quando o Brasil voltou com Jânio Quadros ao realismo cambial, procurando sincronizar melhor a desvalorização da taxa cambial com a evolução interna e externa dos preços.

Tab. 2. D. *índices de comércio exterior*

	P_x	P_m	$\frac{P_x}{P_m}$	Q_x	$\frac{P_x}{P_m} \cdot Q_x$
1950	94	96	97	95	92
1951	96	118	81	81	66
1952	151	130	115	49	57
1953	105	121	87	81	71
1954	160	103	155	85	97
1955	116	105	111	88	97
1956	92	108	85	94	79
1957	108	109	99	85	84
1958	125	102	122	90	110
1959	100	97	103	98	101
1960	92	95	97	118	114
1961	89	96	92	103	95
1962	95	97	97	69	67
1963	101	99	101	72	73
1964	91	96	94	80	76
1965	108	98	111	70	78
1966	87	100	88	115	101
1967	92	102	90	115	103
1968	104	105	93	88	82
1969	124	103	120	121	146
b	- 1,2	- 0,78	- 0,28	1,2	1,3
r ²	. 139	. 320	. 094	. 150	. 140
s _y	19,4	7,84	16,6	17,8	20,7

Tab. 2-E Confisco Cambial

Tab. 2-F Comércio Triangular

A	B	C	A	B	C	A/B	D	E	F	G
Taxa efet. exp. ba.	Taxa med. imp. bras.	$\frac{A}{B} - 1$	P _m	Índ. prec. internos	A/B	Índice t. cambial	C.D	Saldo exp. ba. mio US\$	Transfe- rências	
1950	0,01872	0,01872	96	0,95	100	0,86	86	90	12	
1951	0,01872	0,01872	118	1,15	103	0,86	88	58	7	
1952	0,01872	0,01872	130	1,30	100	0,86	86	45	6	
1953	0,02098	0,01906 + 10%	121	1,49	81	0,96	78	89	20	
1954	0,03030	0,03340 - 9,3%	103	1,88	55	1,40	77	146	34	
1955	0,04110	0,04643 - 12,0%	105	2,22	47	1,90	89	107	10	
1956	0,04590	0,05848 - 22,0%	108	2,71	40	2,12	85	80	12	
1957	0,04760	0,05927 - 20,0%	109	3,11	35	2,19	77	69	16	
1958	0,05490	0,07709 - 29%	102	3,56	29	2,53	72	137	38	
1959	0,09010	0,11740 - 23,0%	97,2	5,08	19	4,16	79	117	24	
1960	0,11030	0,13763 - 20,0%	95	6,64	14	5,09	72	123	34	
1961	0,20070	0,21336 - 6,0%	96	9,10	10	9,27	97	104	3	
1962	0,33900	0,34689 - 2,0%	97	13,8	7,04	15,67	110	62	6	
1963	0,55210	0,52603 + 4,0%	99	24	4,11	26	105	72	3	
1964	1,07100	0,98407 + 8,0%	96	46	2,09	50	103	61	2	
1965	1,77600	1,76062 + 1,0%	98	72	1,35	82	111	70	7	
1966	2,16500	2,18233 - 7,0%	100	100	1,0	100	100	88	0	
1967	2,54700	2,57464 - 1,0%	102	128	0,79	118	93	100	7	
1968	3,20200	3,20178	105	159	0,81	148	119	68	13	
1969	3,99200	3,96555 + 1%	103	192	0,53	182	96	157	5	

Outra transferência implícita realizou-se com o comércio triangular. Impedida pelo protecionismo industrial de comprar no Exterior os produtos dos quais ela precisava, a Bahia transferia em média 70% das suas divisas estrangeiras para outras regiões do País, principalmente o Centro-Sul. Ora, a inflação combinada com a deficiência cambial reduziram sensivelmente o poder de compra interno desse saldo. Sob o ângulo do consumo interno, isto significava uma queda na produtividade da economia baiana, que nos anos 50 chegou a atingir quase 15% da receita anual das exportações internacionais, ou 2,5% da renda interna. Em termos absolutos a Bahia perdeu nesse mesmo período cerca de 18 milhões de dólares por ano, o que representa 3/4 das transferências que Furtado (5) estimou para todo o Nordeste no período 1948-1956 (cf. tab. 2.F). Como no caso do confisco cambial, a situação melhorou progressivamente a partir de 1961. Eliminaram-se, no entanto, só as distorções de natureza cambial. Em razão da persistente proteção tarifária a Bahia continua a comprar no Sul produtos industriais a preços comparativamente altos. De fato, para poder colocar seus manufaturados no mercado internacional o Brasil recorre atualmente a uma série de incentivos fiscais, creditícios e institucionais. Os produtos tradicionais, contudo, beneficiam-se muito menos desses efeitos promocionais da nova política comercial do Brasil. Ora, observa-se que, na Bahia, ainda em 1969, 98,2% das exportações internacionais eram compostas de matérias-primas e produtos agrícolas. Aí aparece, precisamente, a terceira causa a explicar parte importante da estagnação do setor internacional.

Tab. 2.G. *Composição percentual das exportações internacionais*

	1950/54	1955/59	1960/64	1964/69
Cacau e derivados	76,2	70,5	51,5	57,6
— c. em amêndoas	65,0	53,7	35,1	38,7
— manteiga de c.	9,8	13,0	15,0	17,9
— torta de cacau	1,4	2,6	1,1	0,7
Fumo	11,6	10,1	17,2	12,6
Mamona	3,9	4,3	5,8	10,6
Sisal	0,9	1,9	6,2	7,4
Couros e peles	1,0	0,4	1,6	4,1
Minérios	0,5	0,4	0,9	1,6
Madeiras	0,02	0,005	0,2	0,7
Piçava	0,8	0,8	0,8	0,7
Petróleo	—	6,8	8,9	0,2
Cêras vegetais	2,4	1,0	1,0	0,3
Café	2,1	3,0	1,4	1,3
	99,4	99,2	95,5	97,1

A Tab. 2. G. mostra que durante todo o período em estudo a pauta das exportações baianas quase não se modificou. Produtos

de alta elasticidade-renda como manufaturados, nem chegam a representar 1%. Não se exclui, com isso, que em determinadas circunstâncias certos produtos primários ofereçam perspectivas realmente lucrativas.

No caso ideal um produto seria dinâmico quando preço e volume mostram uma tendência permanente para o aumento. O coeficiente de regressão (b) da linha respectiva sobre o tempo dá uma aproximação da taxa de crescimento, enquanto o coeficiente de determinação (r^2) representa uma medida relativa da sua constância no tempo. Quando se multiplicam êsses dois parâmetros, adicionando o resultado da coluna dos preços ao da coluna do volume, chega-se a um índice composto que permite ordenar cada produto segundo o grau relativo do seu dinamismo. Pode-se assim dividir, grosso modo, a pauta baiana em duas faixas, uma de produtos mais ou menos dinâmicos (I) e uma outra dominada pela estagnação ou declínio (II).

Tab. 2.H. *Dinamismo dos produtos exportados*

I	Preço		Quantidade		Índ. composto	
	b	r^2	b	r^2		
Sisal	- 4,39	.21	6,52	.92	+ 5,07	
Minérios	- 3,39	.24	5,31	.79	+ 3,38	
Madeiras	6,98	.22	4,53	.32	+ 2,98	
Couros e peles	1,43	.036	6,63	.38	+ 2,56	
Mamona	2,9	.51	2,35	.47	+ 1,98	
Manteiga de Cacau	0,42	.057	3,52	.54	+ 1,88	
II						
Fumo	- 2,28	.47	2,05	.21	- 0,64	
Cac. em amend.	- 2,89	.25	- 1,88	.096	- 0,90	
Piaçava	- 1,33	.12	- 2,35	.45	- 1,19	
Café	- 3,12	.39	- 1,36	.014	- 1,25	
Torta de cac.	- 9,47	.26	- 0,95	.022	- 2,44	
Cêras veget.	- 4,19	.35	- 18,25	.53	- 11,14	

Ora, a segunda categoria abrange quase 65% das exportações internacionais, enquanto inclui os dois produtos de maior peso: cacau em amêndoas e fumo.

Apesar de grandes oscilações, a tendência declinante dos preços de cacau em amêndoas é estatisticamente significativa (97,5%). A quantidade mostra-se tão incerta quanto as perspectivas futuras do produto. De fato, depois de quatro anos relativamente favoráveis

(1966-69), o cacau conhecia em 1970-71 novas dificuldades em razão do aumento da safra mundial e dos estoques de safras anteriores. O bom resultado conseguido pela manteiga de cacau parece incentivar o caminho da industrialização. Com o ingresso da Grã-Bretanha no Mercado Comum Europeu (MCE) prepara-se, porém, um duro golpe, uma vez que esse país costuma comprar 40% da manteiga baiana. A elevação tarifária que doravante incidirá sobre o produto baiano, virá a favorecer os países africanos e indústrias de processamento na Holanda. Para o fumo o aumento de quantidade não tem compensado a diminuição dos preços. Cuidando da sua qualidade, o produto tem todavia condições de manter sua posição atual no mercado. Piaçava e cêras vegetais parecem, porém, dificilmente recuperáveis.

O aumento dos preços de mamona é explicado pelo fato de que a partir de 1959 toda a mamona foi industrializada internamente antes de ser exportada sob a forma de óleo. O óleo de mamona é usado como lubrificante em aviões, freios, armas e na fabricação de nylon, matérias plásticas resistentes, etc., portanto um produto que tem relativamente boas perspectivas. Ilusório aparece, contudo, o dinamismo do sisal, devido exclusivamente a uma expansão fenomenal do volume físico. A violenta queda dos preços nos últimos anos anuncia de fato sérias dificuldades do lado da demanda causadas pelo aparecimento de sucedâneos sintéticos. Se estes últimos conseguissem baixar ulteriormente seus preços, técnicos da FAO estimam que em 1975 a demanda mundial de sisal cairia a 50 mil toneladas, o que representa 1/3 das exportações atuais do Brasil. Produtos realmente dinâmicos são madeiras, minérios, couros e peles, que pertencem ao grupo de produtos primários cuja demanda mundial, conforme indica Cohen e Sisler (3), cresceu na década de 60 a um ritmo pouco inferior ao dos manufaturados. Acontece, porém, que esses produtos representam, ainda, uma parte pouco expressiva na pauta baiana, que não só do lado da oferta mas também do lado da demanda, mantém um alto grau de concentração. Os Estados Unidos e os países do Mercado Comum Europeu, inclusive a Inglaterra, absorvem regularmente 2/3 das exportações baianas. Tendo em vista a política agrária e o sistema preferencial do MCE, impõe-se a necessidade de conquistar novos mercados nas economias rapidamente crescentes e com alta elasticidade-renda para os produtos baianos, como a URSS, o Japão, Israel, etc.

Concentração encontra-se também nas exportações interregionais. Os quatro mais importantes clientes da Bahia, São Paulo, Guanabara, Pernambuco e Ceará, compram em média 60% dos seus produtos. A nível interregional a concentração dos mercados é, naturalmente, menos perigosa. Motivo de maior preocupação é a forte dependência de um único produto, como o petróleo (cf. tab. 2. G.)

A experiência internacional ensina que o petróleo produz riqueza monetária mas nem sempre riqueza econômica. No caso da Bahia há ainda o fato de ser o petróleo monopólio federal e de servir, portanto, mais aos interesses nacionais do que aos locais. Admite-se geral-

Tab. 2.J *Composição das exportações interregionais*

	1950-54	1955-59	1960-64	1965-69
Matérias-primas	29,1	36,5	70,0	68,6
— Petróleo e deriv.	2,6	22,2	61,5	64,7
Gêneros alimentícios	20,3	23,1	8,6	6,1
Manufaturados	50,3	37,0	18,4	22,5
— prod. químicos	2,6	3,2	1,5	2,8
— maquinaria	5,9	5,3	2,6	4,0
— man. clas. seg. mat. prima	27,1	18,9	9,1	10,3
— outros manufaturados	14,7	9,6	5,3	5,4
Diversos	0,3	3,4	3,0	2,8

mente que a Petrobrás só gera renda na Bahia enquanto paga salários, efetua compras locais, constrói estradas ou contribui com *royalties*. Durante os últimos 10 anos a soma desses componentes de despesa não chegou a representar 40% do valor total das exportações de petróleo e derivados. O dinamismo induzido na Bahia pelo petróleo é, não obstante, fora de qualquer dúvida. Em primeiro lugar, observa-se que o petróleo é cada vez mais industrializado na Bahia, diminuindo constantemente a participação do petróleo bruto no total das exportações de combustíveis (1954: 54,1% 1960: 22,5% 1969: 2,4%). Através do sistema de subcontratos, a Petrobrás contribuiu também para a formação do empresário baiano. E, finalmente, o petróleo confere economias externas e vantagens locacionais ao parque industrial do Estado que, atualmente, está em rápida expansão.

Os manufaturados, aliás, ocuparam sempre um lugar importante na pauta interregional da Bahia, apesar do que a polarização do Centro-Sul tinha fortemente reduzido sua participação relativa. Entre 1950 e 1966 o crescimento real das exportações de produtos industriais era praticamente nulo, em consequência da forte concorrência sulista que eliminou principalmente as atividades tradicionais do mercado nacional. A partir de 1966 as exportações interregionais de manufaturados mostram um crescimento extremamente rápido, e nota-se precisamente o maior dinamismo para bens de alta elasticidade-renda como produtos químicos, maquinaria e outros bens de capital.

Isto é, sem dúvida, um primeiro resultado dos incentivos fiscais que, modificando seu curso relativo, aumentaram sensivelmente a disponibilidade de capital no Estado. Seria interessante conhecer quanto esse mecanismo incidia sobre a especialização interindustrial. É claro que na Bahia o trabalho é sempre mais abundante do que o capital. Portanto, conforme o modelo Heckcher-Ohlin o sistema deveria ser orientado para indústrias intensivas de trabalho (9). Esperar-se-ia assim que altos coeficientes de localização estivessem associados com altos coeficientes de mão-de-obra (3). Calculando uma correlação por postos sobre dados respectivos de 1950, 1960, 1969 e os crescimentos intermediários 1950/1960, 1960/1969 obtêm-se os seguintes valores estimados para o coeficiente de Spearman (r_s):

$$\begin{aligned}
 r_{s, 1950} &= .33 && = - .33 \\
 r_{s, 1960} &= - .03 && r_{s, 1960/69} = - .03 \\
 r_{s, 1969} &= - .02
 \end{aligned}$$

Com 21 graus de liberdade o Spearman tem ao nível de 0,05, um valor crítico de 44. Mostra-se, por conseqüência, que a estrutura industrial da Bahia nunca era sistematicamente especializada em indústrias intensivas de trabalho. Recentemente ela o é ainda menos. Surpreende, porém, que o crescimento industrial dos anos 50 era, até, mais orientado versus indústrias intensivas de capital do que na década seguinte. A esse respeito é preciso lembrar que os nossos dados refletem muito pouco o impacto dos incentivos fiscais, enquanto em 1969 os mais importantes projetos aprovados pela SUDENE ainda estavam em fase de implantação. Justifica-se, porém, a conclusão que, além dos custos de trabalho e capital, existem ainda outros elementos determinantes para a localização industrial na Bahia, como a disponibilidade de recursos naturais, a situação do mercado, etc.

Tab. 2.H Especialização interindustrial

	Coef. de Mão-de-obra		Coef. de localização			Aumento percent.	
	1950	1960	1950	1960	1950-60	1960-69	
Minerais n. met.	.272	1,09	1,23	2,21	13	79	
Metalurgia	.252	0,40	0,14	0,46	- 65	228	
Mecânica	.261	0,17	0,01	0,22	- 94	2300	
Mat. elec. com.	.139	0,00	0,04	0,02	39000	- 50	
Mat. de transp.	148	0,28	0,23	0,21	- 17	- 8	
Madeira	.199	0,42	0,79	1,14	88	44	
Mobiliário	.293	0,43	0,75	0,70	74	- 6	
Papel e Papelão	.185	0,14	0,13	0,14	- 7	7	
Borracha	.164	0,13	0,07	0,37	- 46	428	
Couros e peles	.127	4,68	3,67	1,46	- 21	- 60	
Química	.043	0,37	3,21	4,04	767	25	
P. farm. medic.	.200	0,00	0,02	0,02	566	0	
P. de perfumaria	.093	-	0,67	0,48	00	28	
P. de mat. plást.	.138	-	-	0,22	0	00	
Têxtil	.279	0,73	1,15	0,54	57	53	
Vestuário	.283	0,57	0,36	0,38	- 36	5	
P. alimentícios	.197	1,80	0,86	0,64	- 52	- 25	
Bebidas	.118	1,24	1,10	1,43	- 11	30	
Fumo	.238	4,43	3,99	5,43	- 9	36	
Editorial graf.	.288	1,41	0,69	0,60	- 51	- 13	
Diversas	.198	0,12	0,19	0,24	58	26	

Fonte: Censo Industrial 1950, 1960
Produção Industrial 1969, IBGE

4. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Condições internas e externas impediram, no começo deste século, que o *boom* de cacau se transformasse num desenvolvimento auto-sustentado da economia baiana. A experiência dos últimos 20 anos demonstrou novamente que em economias dominadas por um centro dinâmico o setor externo pode efetivamente funcionar como fator de subdesenvolvimento. Nem por isso, contudo, se pode deixar de considerar as exportações como uma variável estratégica no processo de desenvolvimento econômico. Integrar-se nas forças dinâmicas do centro representa ainda o caminho mais seguro para realizar um rápido progresso econômico. Esta é a própria razão por que vários países em desenvolvimento exigem hoje ajuda externa sob forma de uma nova política comercial. A nível regional o raciocínio é tanto mais válido, quanto essas economias são geralmente muito mais abertas do que uma economia nacional em relação ao resto do mundo.

Em todo caso, no desenvolvimento futuro do Estado da Bahia o setor externo será de grande importância. Na Bahia indústrias realmente dinâmicas deveriam necessariamente ser orientadas para mercados externos. De fato, o tamanho do mercado interno justificaria só a implantação de algumas indústrias de bens de consumo não-duráveis. Na substituição de importações a nível nordestino, Pernambuco é geograficamente muito melhor situado para atender o mercado nordestino. Do ponto-de-vista dos custos de transporte, a Bahia tem, porém, uma localização ideal para servir ao mercado nacional. Essa vocação nacional e, quem sabe, internacional, da nascente indústria baiana é, ainda, reforçada pela natureza dos recursos naturais da Bahia, que são essencialmente minérios e petróleo, insumos, portanto, para indústrias cujo tamanho ótimo exige grandes mercados. É verdade que essas indústrias são, geralmente, intensivas de capital e por conseqüência não resolverão o problema do emprêgo na Bahia. Ora, a criação de um forte mercado interno é uma meta prioritária para qualquer esquema de desenvolvimento.

Dois outros setores de exportação são muito importantes para resolver esse problema. Em primeiro lugar, a modernização interna e externa das exportações primárias deveriam aumentar o mercado monetário no campo. Por isso é necessário introduzir nova tecnologia na produção, uma melhor distribuição da renda através de uma reforma institucional e o lançamento de novos produtos de exportação como borracha, carne, frutas tropicais, etc. No exterior devem-se procurar novos mercados e a conclusão de acordos internacionais sobre a comercialização dos produtos primários. O turismo é outra indústria de exportação que tem perspectivas muito interessantes. A Bahia possui todos os recursos naturais para atrair um

grande volume de turismo nacional e internacional. Por outro lado, o turismo é um serviço de alta elasticidade-renda e com a expansão atual do turismo internacional e o aumento da renda nacional, êle será sempre mais procurado. Além disso, é uma atividade que pode ser organizada de maneira intensiva de trabalho e que tem muitas interrelações com outras atividades econômicas.

Uma vez o mercado interno fortalecido através das exportações primárias e do turismo, as economias externas, criadas pelas indústrias básicas, deverão atrair uma nova série de indústrias, parcialmente voltadas para o mercado interno.

ARMIN RITZ

1 Com 559,951km² e 7.195.000 habitantes o Estado da Bahia, um dos 22 de Federação Brasileira, representa três vezes a superfície e duas vezes a população do Uruguai. É o Estado mais meridional da região-plano sob a responsabilidade da SUDENE, a Superintendência para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste.

2 Y = renda

E = total da despesa (consumo + investimento)

M = importações

X = exportações.

3 O coeficiente de localização representa uma medida relativa de especialização e é definido como:

$lc = \text{valor adic. ind. i na Bahia} / \text{valor ad. ind. i no Brasil}$

$\text{renda da Bahia} / \text{renda do Brasil}$

Para calcular o coeficiente de mão-de-obra foram usados os dados do Censo de 1960, relacionando os salários de operários com o valor de transformação da ind. i na Bahia.

BIBLIOGRAFIA

- BALDWIN, R.E. Developed patterns in newly settled areas. *Manchester School of Economics and Social Studies*. Manchester, 24 (2), 1956.
- CHENERY, H.B. Comparative advantage and development policy. *American economic rev.* Evanston, 111., 51 (1): 33-48, 1961.
- COHEN, B.I. & SISLER, D.G. Exports of developing countries in the 1960's. *The rev. of Economics and Statistics*. Cambridge, Mass., 53 (4): 364-362, 1971.

- GALVAN, C.G. *Evolução da renda per capita no Brasil; o Nordeste comparado com o resto da Nação, 1947-1966*. Salvador, UFBA & Banco Econômico da Bahia, 1970.
- HAEBERLER, G. *International trade and economic development*. Cairo, National Bank of Egypt, 1959.
- HIRSCHMAN, A. O. *The strategy of economic development*. New Haven, Yale Univ. Pr., 1960.
- MORONEY, J. R. & WALKER, J. M. A regional test of the Heckscher-Ohlin hypothesis. *Journal of political economy*. 74: 573-586, 1966.
- MYRDAL, G. *Economic theory and underdeveloped regions*. London, Gerald Duckworth, 1957.
- NORTH, D. N. Location theory and regional economic growth. *Journal of political economy*. 63 (3): 243-258, 1955.
- PERROUX, F. *L'Économie du XXème*. 2e. ed. augm. Paris, Pr. Univ. de France, 1964.
- TATTERSALL, J. N. Exports and economic growth; the Pacific Northwest, 1880 to 1960. *Papers and proceedings of the Regional Science Association*. 9 (9): 215-234, 1962.
- TIEEBOUT, C. M. Exports and regional economic growth. *Journal of political economy*. 64 (2): 160-164, 1956.
- Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1959.